

Os projetos têm como limite o valor de 50 mil reais, contando com uma contrapartida das organizações com um mínimo de 20%. Atualmente a grande novidade que estamos enfrentando nesse processo de concorrência é a descentralização para estados e municípios, transferindo a competência aos estados para conduzir o processo de seleção das ações das organizações não-governamentais. Obviamente isso tem por objetivo primeiro fortalecer os gestores estaduais e municipais, como também articular de forma mais precisa as ações que são desenvolvidas no âmbito do Estado, no âmbito da saúde com aquelas desenvolvidas pelas organizações da Sociedade Civil.

Atualmente, existem 664 projetos, e entre 15% e 20% dos recursos destinados ao Programa de AIDS, excluindo os medicamentos anti-retrovirais, são utilizados como repasse às organizações da Sociedade Civil.

Rapidamente, são 664 projetos, de 1994 a 1998 foram 559, e de 1999 a 2000 foram 664, reunindo 481 instituições em todo o País. A grande concentração, até pela concentração da epidemia, é na Região Sudeste. Entretanto, diferentemente dos anos de 1994/1998, se conseguiu um maior envolvimento e uma maior descentralização das ações para outras regiões, como as Regiões Sul, Nordeste e Norte.

A distribuição de recursos, sem incluir esse novo processo licitatório, com mais 6 milhões de reais, está na ordem de 23 milhões de reais. A concentração deles, de fato, se dá na Região Sudeste.

Sobre a distribuição dos projetos por estados, temos uma predominância nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e, posteriormente, Rio

Grande do Sul e Pernambuco. Esses dados estão disponíveis na *homepage* do Ministério da Saúde.

Os projetos se direcionam tanto para a atenção de pessoas vivendo com HIV/AIDS como para a promoção à saúde e garantia dos direitos fundamentais. Temos 111 projetos destinados ao apoio de pessoas vivendo com HIV/AIDS e a casas de apoio, que são instâncias da Sociedade Civil que têm por objetivo prestar uma atenção paliativa, o que não significa a internação desses casos.

E os projetos restantes são dirigidos às populações, especialmente às de mais difícil acesso, ou às que encontram maior grau de vulnerabilidade da infecção pelo HIV.

Finalizo com o que consideramos hoje como os principais desafios no aprimoramento da articulação com a Sociedade Civil. Ressalto quatro itens: o primeiro é aquele que significa a sustentabilidade e a institucionalização desse processo ao longo do tempo. Além da sustentabilidade financeira, citamos a sustentabilidade institucional/política dessas instituições, uma vez que grande parte delas se baseia em voluntariado com uma certa perenidade ao longo do tempo.

Hoje já existe um grupo no âmbito do Ministério da Saúde, reunindo várias instituições do setor privado, organismos internacionais, estados e municípios, para discutirem as estratégias de sustentabilidade desse setor.

A segunda questão é o aprimoramento de participação e controle social, especialmente no âmbito de estados e municípios. Alguns estados

demonstram uma refrateriedade na constituição das comissões interinstitucionais, com a descentralização do processo de apoio a projetos e a inserção dessas estratégias no âmbito das ações de saúde de uma forma mais global e, por fim, o apoio a projetos segundo prioridades estabelecidas, isto é, como conjugar aquelas prioridades estabelecidas no âmbito do Ministério da Saúde com a demanda da própria Sociedade Civil, que por vezes acabam elencando como prioridades populações que não são as mais vulneráveis ou que demonstram maior risco de infecção.

Era isso que eu queria apresentar e, caso haja alguma dúvida, posteriormente posso esclarecer.

Muito obrigado.

SRA. RUTH CARDOSO – Obrigada, sua palestra foi muito interessante.

Agora, passo a palavra à Sra. Iara Prado, do Ministério da Educação, que vai nos contar outro programa extremamente interessante.

SRA. IARA GLÓRIA AREIAS PRADO – Bom-dia a todos. Desde o início do Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1996, a equipe dirigente do MEC, comandada pelo nosso querido chefe, Ministro Paulo Renato aqui presente, vem perseguindo com muita força uma transformação nos padrões de atuação no País.